

Programa “Educar Pra Valer” (EPV) na rede municipal de João Pessoa: *Como as fundações privadas e ONGs influenciam a educação pública*

Juan Carlos da Silva – UFPE
juan.csilva@ufpe.br

RESUMO

Nesta pesquisa pretende-se analisar como a gestão privada tem influenciado os rumos das políticas educacionais públicas, levando-se em conta que as parcerias dos Municípios com fundações privadas e ONGs têm sido apontadas como principal solução para os problemas da educação básica. Entende-se que é preciso analisar quais os impactos causados por essa inserção de princípios neoliberais na gestão pública da educação. Dessa forma, busca-se examinar, mais especificamente, o programa Educar pra Valer (EPV) na rede municipal de João Pessoa, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e seus efeitos sobre a formação continuada dos professores, o apostilamento e a preparação dos alunos para a realização das avaliações de larga escala que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Os resultados dessa pesquisa ainda estão em estágio inicial, visto que fazem parte do desenvolvimento da escrita da tese. O que fizemos até o momento foi a revisão da bibliografia sobre os temas relacionados ao programa EPV, as políticas educacionais públicas e a privatização. Deste modo, vimos na literatura acadêmica que na abordagem neoliberal há a ideia corrente de que a política pública educacional, assim como as demais políticas sociais, para serem bem-sucedidas, devem ser orientadas exclusivamente pelas regras do mercado, ou seja, pelo setor privado. Atualmente, as fundações privadas e as ONGs falam muito em “equidade na educação”. Na visão dessas fundações privadas, a equidade seria resumida pela oferta de “igualdades de oportunidades”, e que as escolas públicas, ao garantirem acesso e permanência dos alunos, seriam capazes de “corrigir” as desigualdades sociais. Prevalece a lógica nas escolas públicas da *accountability*, das avaliações de larga escala, das pressões por um “alto desempenho” de professores e alunos.

Palavras-chave: Educação pública. Privatização. Programa Educar pra Valer.

Introdução

Nesta pesquisa, pretende-se analisar como as fundações privadas e ONG’s tem influenciado os rumos das políticas educacionais públicas, levando-se em conta que as parcerias dos Estados e Municípios com essas fundações privadas têm sido apontadas como principal solução para os problemas da educação básica pública. Entende-se que é preciso analisar quais os impactos causados por essa inserção de princípios neoliberais na gestão pública da educação.

Dessa forma, pretende-se examinar, mais especificamente, o programa EPV na rede municipal de João Pessoa, capital da Paraíba, nas séries iniciais do Ensino Fundamental e seus efeitos sobre a formação continuada dos professores, o apostilamento nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa e a preparação dos educandos para a realização das avaliações de larga escala que compõem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

As políticas neoliberais têm-se tornado centrais nas agendas das reformas educacionais dos Estados e municípios brasileiros desde o início da década de 1990. A adesão da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) de João Pessoa ao programa EPV atende a essa agenda política

neoliberal em que o poder público estabelece parcerias com fundações privadas e ONGs sem fins lucrativos.

A principal razão apontada pelo ex-prefeito Luciano Cartaxo do Município de João Pessoa para aderir ao programa EPV tem sido buscar parcerias para melhorar os indicadores obtidos pelas escolas públicas da rede municipal no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o IDEB da rede municipal de João Pessoa atingiu notas 5,4 (2019); 4,9 (2017) e 4,6 (2015). As notas obtidas pelos alunos dos 5º anos da rede municipal de João Pessoa em Matemática foram, respectivamente, 218,04 (2019), 206,28 (2017) e 202,10 (2015). As notas obtidas pelos alunos do 5º ano em Língua Portuguesa foram, respectivamente, 204,64 (2019), 200,42 (2017) e 192,80 (2015).

Sendo assim, entre os meses de abril e maio de 2019, a Prefeitura de João Pessoa firmou um acordo de “cooperação técnica” com a ONG Associação Bem Comum, que recebe apoio da Fundação Lemann, implantando o programa EPV nas escolas municipais de João Pessoa. De acordo com seu portal na internet, o programa EPV propõe-se a contribuir com 48 municípios brasileiros que tenham interesse em “empreender mudanças em sua gestão pública educacional”. A ideia é que estes municípios ao aderirem ao programa EPV sejam capazes de garantir o ingresso, manter a frequência regular e promover a permanência das crianças nas escolas públicas. O EPV procura empenhar os municípios para que as crianças atinjam níveis de aprendizagem esperados para sua série e idade, de acordo com as escalas de proficiência leitora e conhecimentos matemáticos do MEC.

O programa EPV tem como pontos principais a avaliação contínua dos processos; atingir as metas do IDEB; a formação de professores e o monitoramento colaborativo para cada etapa de alfabetização. Segundo a ONG Associação Bem Comum, a missão do EPV é prestar “cooperação técnica gratuita” aos municípios com a finalidade de apoiá-los na implementação de “boas práticas de gestão”. O EPV se baseia na “experiência de sucesso” ocorrida por meio de reforma educacional em Sobral, município do Estado do Ceará, há quase 20 anos.

Para Araújo (2020), os programas educacionais implementados no Ceará, nos últimos 20 anos, tais como, Prêmio Escola Nota Dez, Aprender Pra Valer e Programa Alfabetização na Idade Certa, desencadearam uma cultura produtivista e um reconhecimento pelo mérito por meio de uma política de *accountability* escolar nos municípios cearenses. Segundo Araújo (2020, p.32):

Os relatos das professoras e dos gestores pesquisados das escolas premiadas de Sobral sugerem que as ações sistemáticas voltadas para as avaliações externas fazem parte do cotidiano escolar e tomam o maior tempo e espaço do ato educativo. Não obstante, os desejos e as necessidades próprias da infância são postos em segundo plano e/ou reprimidos pelo propósito de preparar as crianças para as avaliações externas municipais, estaduais e nacionais, de sorte a atingirem níveis de proficiência desejáveis quanto a competências e habilidades de leitura/escrita, a fim de que a escola possa ser agraciada com a referida premiação. Desse modo, a cultura produtivista e de reconhecimento do mérito da política de responsabilização acaba pressionando as crianças a darem respostas que atendam a um padrão de “eficácia” e de “qualidade”. A pressão da política de avaliação e responsabilização, via Prêmio Escola Nota Dez, vem acometendo às crianças das escolas de ensino fundamental do estado do Ceará para responderem a contento as expectativas de sucesso escolar. Em nossa pesquisa, identificamos o uso de dispositivos de contingência de estímulo x reforço pelas Escolas Nota Dez de Sobral.

Contudo, nosso intuito é investigar e acompanhar a implementação do programa EPV em João Pessoa. Segundo Dantas e Dantas (2019, p. [3]) o EPV chegou ao município “sem haver nenhuma orientação prévia” aos professores que fariam parte da formação, não havendo nenhum manual ou informação sobre o programa, sendo oferecidas apenas algumas informações sobre “processos avaliativos de leitura, língua portuguesa e matemática” e, de uma forma geral, os autores classificaram a formação como superficial e restrita ao ensino de língua portuguesa e matemática, ignorando outras áreas do conhecimento.

Durante o desenvolvimento do doutorado, planeja-se partir das dimensões mais gerais do EPV para as dimensões pedagógicas mais particulares, levando em conta as formações dos professores e as habilidades dos alunos. Buscamos analisar como o programa EPV pode (in)viabilizar uma ampliação dos outros campos dos conhecimentos, tais como, as linguagens visuais e musicais, as línguas estrangeiras, as Ciências, a História, a Geografia e a Educação Física. Para isso, pretende-se debruçar sobre temas como a adoção de uma educação padronizada em sala de aula; a formação continuada de professores, a alfabetização por meio das competências e habilidades prescritas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC); a elaboração de materiais didáticos apostilados em consonância com os preceitos das fundações privadas e ONGs que fornecem cooperação técnica para os sistemas públicos de educação.

Além disso, sendo uma formação continuada voltada para professores, diretores escolares e secretário municipal, almeja-se analisar como se dá esse processo de influência das fundações privadas e ONGs nos rumos e nas decisões políticas públicas da rede municipal de educação de João Pessoa.

O EPV é um programa implantado recentemente, em 2019, na rede de ensino municipal de João Pessoa. Ainda não existem pesquisas aprofundadas sobre o EPV. Nossa contribuição será analisar a atuação da ONG Associação Bem Comum, sua parceria com Fundação Lemann,

Instituto Natura e B3 Social e suas implicações para a gestão pública da rede municipal de ensino de João Pessoa.

Em artigo sobre o processo de implementação da BNCC no Brasil, as pesquisadoras Tarlau e Moeller (2020) chegam a uma conclusão sobre o poderio econômico da Fundação Lemann e sua influência para a redação e promoção da versão final da BNCC. A Lemann como fundação privada possui recursos financeiros vultosos, impulsiona a produção de conhecimento por meio de centros de pesquisa e universidades, detém importante parcela de mídia e estabelece redes de apoio formais e informais (TARLAU, R.; MOELLER, K., 2020 [p.575]).

Desse modo, busca-se dialogar com as pesquisas na linha de Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação, em suas dimensões políticas e sociológicas, especialmente, sobre as políticas educacionais influenciadas por fundações privadas e ONGs que promovem “cooperação técnica” para a formação continuada de professores e para os novos rumos da gestão escolar frente às demandas contemporâneas da sociedade brasileira.

Nesse sentido, durante o doutorado pretende-se aproximar de outras pesquisas que abordem o tema de políticas educacionais ou temas próximos, tais como, a privatização da educação. A temática da privatização tem sido analisada por diversos autores, nacionais e internacionais como (ADRIÃO, T.; PERONI, V., 2011) que realizou um estudo sobre as consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna (IAS) que propunha metodologias voltadas para o fortalecimento “da gestão das secretarias municipais de Educação o gerenciamento das escolas” em vários municípios brasileiros. Em outro estudo as autoras detiveram-se sobre a presença do setor privado induzindo mudanças organizacionais na rede municipal de Rio Claro, São Paulo (ADRIÃO, T.; GARCIA; T.O.G., 2015).

Caetano (2019) analisou como as empresas privadas colaboraram para a construção da Base Nacional Comum Curricular (CAETANO, M.R., 2019). Loveless (2021) analisa, em seu livro mais recente, como a política nacional de criação de uma Base Comum Curricular em busca de uma padronização da educação – uma das reformas educacionais mais importantes dos Estados Unidos – fracassou após três décadas desde a sua implementação (LOVELESS, T., 2021).

Nosso intuito durante o doutorado é ir além das possíveis melhorias em alfabetização e nas notas do SAEB e IDEB, restritas as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais. Almeja-se discutir como o programa “Educar pra Valer” provoca mudanças na configuração interna das escolas da rede municipal de João Pessoa, Paraíba: como modifica seu funcionamento, sua organização, suas formas de gestão e

até seus objetivos educacionais nas demais áreas do conhecimento (Ciências, Artes, Educação Física, Geografia, História).

Com base na problemática exposta acima, tem-se, a seguinte questão de pesquisa: quais os reflexos da atuação das fundações privadas e ONGs para a gestão pública da educação básica. Desse modo, a presente pesquisa em nível de doutorado se justifica por tentar responder à seguinte questão: por que a Secretaria de Educação do Município de João Pessoa quer priorizar acordos e parcerias com um programa advindo de uma ONG com apoio de fundações privadas para realizar ações de alfabetização, avaliação e formação continuada que são atribuições do próprio Poder Público Municipal por meio da Secretaria Municipal de Educação e dos professores, gestores da rede municipal?

A análise do programa EPV terá como ponto de partida a perspectiva teórica da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) proposta por Saviani (1983), que se encontra alicerçada no materialismo histórico-dialético, corrente teórica que surgiu no Brasil na década de 1980, alinhando-se às demandas sociais – escolas para todos, por uma constituição federal democrática, por uma maior participação da população nas decisões políticas, por habitação popular, por saúde pública, entre outras demandas – brasileiras daquela década.

Em seus discursos, os políticos e a grande mídia difundem amplamente que União, Estados e Municípios se encontram “quebrados” financeiramente e, conseqüentemente, não possuem recursos para arcar com a expansão e melhoria da “qualidade” das redes de ensino públicas. Para que essa melhoria da “qualidade” aconteça, faz-se necessário buscar parcerias entre os setores públicos, os setores privados da economia e o chamado Terceiro Setor.

Esses discursos encontram eco na lógica neoliberal de “Estado mínimo”, em que há um custo para manter a educação pública, e que Estados e municípios não podem suportar esses custos, pois seus orçamentos já estão muito comprometidos com alto endividamento. Somente a entrada de outros “atores” no campo da educação básica pública poderiam arcar com esses custos, ainda que esses “atores” sejam as famílias – por exemplo, famílias recebendo *vouchers* do Estado com a “liberdade de escolher” uma escola, modelo implantado no Chile – por meio recursos advindos de empresas privadas ou de fundações filantrópicas (GENTILI, 2001).

Nos anos 1990 e 2000, multiplicam-se no Brasil as políticas neoliberais em defesa da “eficiência”, da “produtividade” e da “excelência” do Estado. Como consequência da ideia de “Estado mínimo”, houve uma retirada do Estado das áreas das políticas sociais. Com isso, houve seguidos cortes orçamentários em educação e saúde públicas. O discurso da “eficiência” e da melhoria da “qualidade” buscava subordinar as escolas públicas, o trabalho dos

professores, os métodos de ensino e as finalidades da educação pública aos imperativos do mercado.

Sendo assim, a adoção de uma política educacional de cunho tecnicista neoliberal não é uma questão nova. Trata-se de uma pedagogia tecnicista que procura transpor o modo de produção industrial para a escola pública desde a década de 1980 (SAVIANI, 1983). Na atualidade, tem-se em curso uma educação “4.0” aos moldes da “indústria 4.0”, em que o controle do trabalho educativo se impõe por meio de avaliações de larga escala, cumprimento de metas, bonificação por mérito, regime colaborativo, entre outras medidas. O controle da educação pública realizado por meio das avaliações externas de larga escala configura-se atualmente mais como um neotecnicismo (FREITAS, 1992).

Em meados da década de 1990, as políticas educacionais implementadas pelo MEC e pelo Governo do Estado de São Paulo, de forma conjunta e encadeada, acompanharam a tendência mundial de modificação do modelo de gestão pública, aderindo à Nova Gestão Pública (NGP), a qual introduziu valores alinhados ao Paradigma Gerencial cujo foco residia no cidadão entendido como usuário, isto é, um “cliente” dos serviços públicos. Para tanto, tais políticas davam ênfase às premiações por meio de avaliações de desempenho dos servidores públicos e do monitoramento contínuo dos indicadores de qualidade (GOMES, 2009). O Estado brasileiro passou a seguir as recomendações neoliberais propostas por agências internacionais da educação, tais como o Banco Mundial. E, desde então, as políticas públicas em educação buscam a “eficiência fiscal”, uma “gestão de resultados”, a bonificação por mérito, a avaliação de desempenho, o estabelecimento de metas como forma de obtenção de “eficácia” da máquina pública e *accountability* [uma forma de responsabilização e fiscalização dos gastos públicos].

A Fundação Lemann, importante no país no campo da educação e que tem a ver com o tema de pesquisa, deu início às suas atividades em 2002 e tem sede na cidade de São Paulo. Segundo seu portal na internet, a Fundação Lemann tem como lema um país “mais justo, inclusivo e avançado com educação pública de qualidade e com pessoas que estão resolvendo os grandes desafios sociais do país”. Pode-se, assim, incluir nesse conjunto de programas que visam melhorar a “qualidade” da educação o programa EPV, fomentado pela Fundação Lemann por meio de uma parceria com a ONG Associação Bem Comum. De acordo com a fala da atual secretária de educação do município de João Pessoa “com essa metodologia implantada aqui no município, um programa nosso, acreditamos que venha melhorar essa defasagem que existe na rede”. Segundo a secretária América Castro o programa “Educar pra Valer” vai colaborar para que as crianças passem pelas séries iniciais completamente alfabetizadas, aprendendo a ler e escrever (QUITANS, 2021).

Na esteira da implementação dessas políticas na educação pública, as escolas e os professores são sempre os principais responsabilizados pelo “fracasso escolar”, dando margem à adesão a programas e políticas que visem a padronização e o controle do trabalho dos professores e do desempenho dos educandos. Entende-se que essa lógica neoliberal adotada pelos governos Federal, estaduais e municipais visa estabelecer um projeto de educação pública com um certo grau de privatização “por dentro” do sistema público. Concorde-se com a seguinte afirmação de Belfield e Levin (2004, p. 19) acerca da privatização:

[...] é um termo guarda-chuva referente a diferentes programas e políticas educacionais. Como uma definição geral, as privatizações transferem as atividades, os ativos e as responsabilidades do governo/instituições e organizações públicas para os indivíduos e as agências.

A transferência das responsabilidades dos poderes públicos para fundações privadas e ONGs tem-se mostrado uma política bem-sucedida, pois à lógica de que ela se estabelece na busca por alcançar a “eficiência” e a “qualidade” do mercado coopta “todo e qualquer espaço de ação pedagógica, todo e qualquer nível de decisão política” (GENTILI, 2001). No entanto, no ideário neoliberal, qualquer contexto político deve ser desconsiderado, pois, tudo se resume a uma boa vontade dos “atores” [professores, estudantes e diretores], pressupondo certo grau de privatização da política educacional, privatização esta que se dá no nível das decisões político-institucionais (GENTILI, 2001).

Estados e municípios mantêm suas redes educacionais como serviços públicos essenciais à população, no entanto, ao aderirem as políticas privatistas, contribuem para um aumento de contratos temporários, contribuem para um rígido controle e padronização dos processos de ensino-aprendizagem. Amplia-se assim, a precarização e intensifica-se o ritmo de trabalho dos professores. As políticas neoliberais nas últimas três décadas têm perpassado a gestão do trabalho nas escolas da Educação Básica pública uma vez que demanda formação continuada para os diretores escolares, supervisão pedagógica e professores.

Laval (2019) ao analisar as políticas educacionais na França observa que as novas lógicas de “eficiência” comuns ao ideário neoliberal visam “melhorar a qualidade da escola pública”, pois se dizem “neutras” ou “técnicas”. No entanto, segundo próprio Laval apresenta, tais políticas têm demonstrado justamente o contrário, pois são programas marcadamente políticos e culturais.

Portanto, nosso propósito no doutorado é averiguar até que ponto o programa EPV pode significar de fato uma melhora na qualidade social da educação como um bem comum para todas as crianças matriculadas nas séries iniciais da rede municipal de João Pessoa. Na presente pesquisa, que se encontra em estágio inicial, nos dispomos a verificar como tem sido implantado

o referido programa na rede municipal de João Pessoa, procurando estabelecer paralelos entre o programa implantado aqui na capital paraibana e outros municípios brasileiros.

Referências

ADRIÃO, Theresa.; PERONI, Vera. *Consequências da atuação do Instituto Ayrton Senna para a gestão da educação pública: observações sobre 10 estudos de caso*. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 45-53, jan.-jun., 2011.

ADRIÃO, Theresa Maria Freitas de; GARCIA; Teise de Oliveira Garanha. *Mudanças organizacionais na gestão da escola e sua relação com o mundo empresarial: aprofundamento da privatização na educação básica brasileira?* Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, v. 25, n. 50, p. 435-452, set.-dez., 2015.

ARAÚJO, Karlane Holanda. *O prêmio escola nota dez e suas implicações às subjetividades das crianças do 2º ano do ensino fundamental do estado do Ceará*. 286 p. Tese de doutorado. Centro de Educação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

BELFIELD, Clive R.; LEVIN, Henry M. *A privatização da educação: causas e implicações*. Lisboa: ASA, 2004.

CAETANO, Maria Raquel. *Os sujeitos e a proposta educacional da Base Nacional Comum Curricular: entre o público e o privado*. Maringá: Teoria e Prática da Educação, 22(3), 118-136, 2019.

DANTAS, José Aclécio; DANTAS, Lilian Karla de Lima Souza. *Programa “Educar pra valer” na rede municipal de educação em João Pessoa: primeiras impressões*. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONEDU), 6., 2019, Fortaleza. Anais [...]. Fortaleza: CONEDU, 2019.

FREITAS, Luis Carlos. *Conseguiremos escapar do neotecnismo?* In: SOARES, M. B.; KRAMER, S.; LUDKE, M. *Escola Básica*. Anais da VI Conferência Brasileira de Educação (Volume I, p. 147-157). Campinas: Papirus, 1992.

GENTILI, Pablo A. A. *O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional*. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 111-178.

GOMES, E. G. M. *Gestão por resultados e eficiência na Administração Pública: uma análise à luz da experiência de Minas Gerais*. 2009. 187 p. Tese (Doutorado em Administração Pública) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

LAVAL, Pierre. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LOVELESS, Tom. *Between the State and the Schoolhouse: Understanding the Failure of Common Core*. Cambridge: Harvard Education PR, 2021.

QUITANS, Alexandre. *Qualificação: Prefeitura de João Pessoa inicia formação continuada com professores do 1º ao 5º ano*. Prefeitura Municipal de João Pessoa, João Pessoa, 6 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/secretarias-eorgaos/prefeitura-de-joao-pessoa-inicia-formacao-continuada-com-professores-do-1o-ao-5oano/>>. Acesso em: 6 ago. 2021.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 1983.

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn. *O consenso por filantropia: como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil*.